



**LEI ORDINÁRIA Nº 827, DE 18 DE JUNHO DE 2018.**

**Dispõe sobre o ingresso do Município de ESPÍRITO SANTO DO TURVO/SP no Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema-CIVAP ratifica o seu Protocolo de Intenções consoante os termos da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007 e artigo 25 do Estatuto do Civap e dá outras providências.**

**CONSIDERANDO** o que determina a Lei Orgânica do Município de Espírito Santo do Turvo;

**AFONSO NASCIMENTO NETO**, Prefeito Municipal de Espírito Santo do Turvo, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

**FAZ SABER** que a **Câmara Municipal** aprova e ele sanciona e promulga a seguinte **LEI ORDINÁRIA**:

**Artigo 1º** - Fica autorizado o ingresso do Município de Espírito Santo do Turvo/SP no Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema - CIVAP- em consonância com as disposições emanadas da Lei Federal nº 11.107/05, Decreto Federal nº 6.017/07, Artigo 25 do Estatuto do Civap e demais legislações pertinentes e aplicáveis à espécie.

**Artigo 2º** - Ficam ratificados e aprovados por esta Lei, todos os termos do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema -CIVAP, aprovado em 30 de setembro de 2008, publicado na imprensa, jornal Voz da Terra/Assis, edição de 10 de outubro de 2008, o qual fica fazendo parte, em sua íntegra, da presente Lei.

**Artigo 3º** - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas.

**Artigo 4º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

P. M. Espírito Santo do Turvo - SP, de 18 de junho de 2018.

Registre-se e Publique-se, nos termos do artigo 99 da LOM.

Registrado nesta secretaria sob  
nº 827 Em 19/06/2018  
lei nº 827 fls nº 15 Livro nº 02  
O Publicado por afixação, no Quadro da  
Sede desta P. M., conforme art. 99 de lei  
orgânica Município Espírito Santo do Turvo

**AFONSO NASCIMENTO NETO**  
Prefeito Municipal



**TURVO**

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Lino dos Santos, s/nº - Jardim Canaã - Fones (14) 3375-9500 - CEP 18935-000  
CNPJ/MF 57.264.509/0001-69

## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO PARANAPANEMA - CIVAP - PROTOCOLO DE INTENÇÕES

Os Municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema - CIVAP -, reconhecendo a necessidade de providências comuns, compartilhadas e de cooperação, em busca do equilíbrio do desenvolvimento econômico-social e de uma política voltada para bem-estar da coletividade em âmbito regional, e considerando, ainda, os princípios constitucionais norteadores da administração pública, principalmente os da economicidade, da eficiência, da razoabilidade, do interesse público e da legalidade, representados neste ato pelos Prefeitos Municipais infra-assinados, com a competência fixada pelo artigo 30 da Constituição Federal, decidem alterar a natureza jurídica do Consórcio, firmando o presente protocolo de intenções a fim de adequá-lo às disposições da Lei Federal 11.107 de 06 de abril de 2005 e do Decreto 6.017 de 17 de Janeiro de 2007 e nas seguintes condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA DA ÁREA DE ATUAÇÃO E DA DURAÇÃO

1.1. O presente protocolo de intenções é firmado pelos Municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema - CIVAP -, através dos seus representantes legais, os quais compõem sua abrangência territorial, a saber:

1.1.1. MUNICÍPIO DE ASSIS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 46.179.941/0001-35, neste ato representada por seu Prefeito EZIO SPERA, doravante denominada simplesmente "Assis";

1.1.2. MUNICÍPIO DE BORÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 44.544.906/0001-42, neste ato representada por seu Prefeito NELSON CELESTINO TEIXEIRA, doravante denominada simplesmente "Borá";

1.1.3. MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS PAULISTA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.787.644/0001-72, neste ato representado pela sua Prefeita CARMEM APARECIDA GIOVANI RUIZ, doravante denominada simplesmente "Campos Novos Paulista";

1.1.4. MUNICÍPIO DE CÂNDIDO MOTA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 46.179.958/0001-92, neste ato representado por seu Prefeito CARLOS ROBERTO BUENO, doravante denominada simplesmente "Cândido Mota";

1.1.5. MUNICÍPIO DE CRUZÁLIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 46.179.966/0001-39, neste ato representado



**TURVO**

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Lino dos Santos, s/nº - Jardim Canaã - Fones (14) 3375-9500 - CEP 18935-000  
CNPJ/MF 57.264.509/0001-69

por seu Prefeito ALCEU VIDOTTI, doravante denominada simplesmente "Cruzália";

1.1.6. MUNICÍPIO DE ECHAPORÃ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 44.470.300/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito OSVALDO BEDUSQUE, doravante denominada simplesmente "Echaporã";

1.1.7. MUNICÍPIO DE FLORÍNEA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 44.493.575/0001-69, neste ato representado por sua Prefeita BENEDITA HELENA SIMEÃO GRANADO, doravante denominada simplesmente "Florínea";

1.1.8. MUNICÍPIO DE IBIRAREMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 46.211.694/0001-07, neste ato representado por sua Prefeita ZILDA VAZ NOGUEIRA, doravante denominada simplesmente "Ibirarema";

1.1.9. MUNICÍPIO DE IEPÊ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 49.345.911/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito HUMBERTO MERLIN ZAGO, doravante denominada simplesmente "Iepê";

1.1.10. MUNICÍPIO DE LUTÉCIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 44.544.880/0001-32, neste ato representado por seu Prefeito EVALDO BARQUILHA DE OLIVEIRA, doravante denominada simplesmente "Lutécia";

1.1.11. MUNICÍPIO DE MARACAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 44.494.136/0001-70, neste ato representado por seu Prefeito ROBERTO DE ALMEIDA, doravante denominada simplesmente "Maracaí";

1.1.12. MUNICÍPIO DE NANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na cidade de Nantes, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.557.530/0001-06, neste ato representada por seu Prefeito MARCOS VENÍCIO ZAGO DE OLIVEIRA, doravante denominada simplesmente "Nantes";

1.1.13. MUNICÍPIO DE OSCAR BRESSANE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 44.544.898/0001-34, neste ato representado por seu Prefeito JOÃO ANTONIO ALVARES MARTINES, doravante denominada simplesmente "Oscar Bressane";

1.1.14. MUNICÍPIO DE PALMITAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 44.543.981/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito REINALDO CUSTÓDIO DA SILVA, doravante denominada simplesmente "Palmital";



**TURVO**

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Lino dos Santos, s/nº - Jardim Canaã - Fones (14) 3375-9500 - CEP 18935-000  
CNPJ/MF 57.264.509/0001-69

1.1.15. MUNICÍPIO DE PARAGUAÇU PAULISTA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 44.547.305/0001-93, neste ato representado por seu Prefeito CARLOS ARRUDA GARMS, doravante denominada simplesmente "Paraguaçu Paulista";

1.1.16. MUNICÍPIO DE PEDRINHAS PAULISTA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 64.614.381/0001-81, neste ato representado por seu Prefeito GIACOMO DI RAIMO, doravante denominada simplesmente "Pedrinhas Paulista";

1.1.17. MUNICÍPIO DE PLATINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 44.543.999/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito DONIZETE APARECIDO FERREIRA DE LIMA, doravante denominada simplesmente "Platina";

1.1.18. MUNICÍPIO DE QUATÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 44.547.313/0001-30, neste ato representado por seu Prefeito MARCELO DE SOUZA PECCHIO, doravante denominada simplesmente "Quatá";

1.1.19. MUNICÍPIO DE RANCHARIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 44.935.278/0001-26 neste ato representado por seu Prefeito ALBERTO CESAR CENTEIO doravante denominada simplesmente "Rancharia"; e

1.1.20. MUNICÍPIO DE TARUMÃ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 64.614.449/0001-22, neste ato representada por seu Prefeito OSCAR GOZZI, doravante denominada simplesmente "Tarumã";

1.2. A área de atuação do CONSÓRCIO será constituída pelos territórios dos Municípios que o integram, constituindo uma unidade territorial, inexistindo limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe, respeitadas as autonomias municipais.

1.3. Nas hipóteses de criação, fusão, incorporação ou desmembramento que atinjam municípios consorciados ou subscritores desse Protocolo de Intenções, os novos municípios serão automaticamente tidos como membros do CONSÓRCIO PÚBLICO a ser constituído, aplicando-se a esses novos Municípios o disposto neste Protocolo de Intenções.

1.4. Os entes consorciados participarão do CONSÓRCIO conforme previsão expressa através do contrato de rateio e de programa, obrigações contratuais assumidas e demais obrigações definidas em lei.

1.5. Ao ente consorciado adimplente com suas obrigações é assegurado o direito de exigir junto à administração do consórcio, o pleno cumprimento das cláusulas contratuais e demais instrumentos pertinentes, bem como a aplicação de sanções.



**TURVO**

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Lino dos Santos, s/nº - Jardim Canaã - Fones (14) 3375-9500 - CEP 18935-000  
CNPJ/MF 57.264.509/0001-69

1.6. É facultado o ingresso de novo (s) integrante (s) no CONSÓRCIO a qualquer momento, por decisão em Assembléia Geral por 2/3 de seus membros, o que se fará por termo aditivo firmado pelo seu Presidente e pelo (s) Representante (s)

Legal (is) do (s) ente (s) que deseja (rem) consorciar-se, do qual constará a lei autorizadora, obedecidos todos os demais parâmetros legais inerentes.

1.7. O CONSÓRCIO terá prazo de duração indeterminado.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA PERSONALIDADE JURÍDICA, DENOMINAÇÃO E SEDE

2.1. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO PARANAPANEMA - CIVAP - fica transformado em Consórcio Público, a ser organizado e constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, em consonância com as disposições emanadas da Lei Federal nº 11.107/05, Decreto Federal nº 6.017/07, demais legislações pertinentes e aplicáveis à espécie, pelo seu Estatuto, além de normas e regulamentos que vier a adotar através de seus órgãos constitutivos.

2.2. O CONSÓRCIO terá sede e foro na cidade de Assis.

2.3. A sede e foro do CONSÓRCIO poderão ser transferidos para outro Município, por decisão em Assembléia Geral, pelo voto de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOS OBJETIVOS OU FINS SOCIAIS

Observados os limites constitucionais e legais o CONSÓRCIO tem por objetivos:

3.1. Representar o conjunto dos Municípios que o integram, em matéria referente à sua finalidade e de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacionais e internacionais,

3.2. Planejar, supervisionar, coordenar, orientar, gerir, controlar e avaliar as ações e atividades do CONSÓRCIO;

3.3. Planejar, adotar, exercitar as funções de gerenciamento e executar programas e medidas destinadas a promover e acelerar o desenvolvimento sócio-econômico da região compreendida no território dos municípios consorciados, especialmente nas áreas de:

- a. meio-ambiente;
- b. recursos hídricos;
- c. agricultura;



**TURVO**

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Lino dos Santos, s/nº - Jardim Canaã - Fones (14) 3375-9500 - CEP 18935-000  
CNPJ/MF 57.264.509/0001-69

- d. educação, inclusive a ambiental;
- e. saneamento, inclusive o gerenciamento, o tratamento e a destinação final dos resíduos sólidos urbanos;
- f. tecnologia;
- g. biotecnologia;
- h. habitação;
- I. cultura;
- j. infra-estrutura;
- k. recursos humanos, com a instituição de escolas de governo ou realização de cursos, inclusive através de convênios, nas áreas de interesse dos consorciados;
- l. desenvolvimento sócio-econômico regional;
- m. gestão e proteção do patrimônio urbanístico e paisagístico;
- n. turismo, inclusive de negócios e de lazer;
- o. realização de eventos diversos como palestras, congressos científicos, educacionais, sócio-culturais e econômicos, dentre outros;
- p. saúde

3.3.1. O presente protocolo documenta e define, inclusive, as atuais intenções dos Municípios, constituindo manifestação expressa dos mesmos de transferir para a iniciativa privada, por meio da realização de procedimento licitatório para outorga de concessão, a ser delegada por meio do CONSÓRCIO, a gestão e tratamento de todos os resíduos sólidos coletados na área do CONSÓRCIO, incluindo lixo doméstico, lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas, lixo industrial, resíduos industriais provenientes de atividades de transformação de matérias primas e substâncias orgânicas ou inorgânicas em novos produtos, resíduos de serviços de saúde, resíduos de atividades rurais, resíduos provenientes de portos, aeroportos, terminais rodoviários e ferroviários, postos de fronteira e estruturas similares, resíduos da construção civil, e quaisquer resíduos coletados na área do CONSÓRCIO, que servirão para a geração de energia e fabricação de material de pavimentação, e que serão necessários à prestação dos serviços de gestão e o tratamento de resíduos pela iniciativa privada.

3.4. Para o desenvolvimento das atividades e de prestação de serviços serão elaborados programas de trabalho específicos, detalhados com total abrangência de critérios necessários e próprios para cada área acima



definida(a/l), inclusive para o contrato de rateio, previamente aprovados pela Assembléia Geral;

3.5. Promover formas articuladas de planejamento do desenvolvimento regional, criando mecanismos conjuntos para consultas, estudos, execução, fiscalização e controle de atividades que interfiram na qualidade de vida na área compreendida no território dos municípios consorciados;

3.6. Promover a produção de informações, estudos técnicos, apoio e o fomento do intercâmbio de experiências entre os entes consorciados, bem como o fornecimento de assistência técnica, extensão treinamento, pesquisa e desenvolvimento urbano, rural e agrário.

3.7. Para o cumprimento de suas finalidades o CONSÓRCIO poderá:

a. Adquirir os bens que entender necessários, os quais integrarão o seu patrimônio;

b. Celebrar acordos, ajustes, termos de parcerias, convênios, contratos e/ou instrumentos congêneres, de qualquer natureza, compatíveis com os programas de trabalhos, as finalidades e aos objetivos do CONSÓRCIO, com a administração pública, a iniciativa privada, entidades do terceiro setor e organismos internacionais, conforme legislação vigente e aplicável, bem como receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos de governo ou da iniciativa privada, visando à melhoria da qualidade do serviço prestado, sua expansão e modicidade.

c. Prestar a seus conveniados serviços de qualquer natureza, segundo a disponibilidade existente;

d. Administrar direta ou indiretamente, por concessão, permissão, contrato de gestão ou termo de parceria similar, os serviços previstos nos programas de trabalho, programas governamentais, projetos afins e relativos às áreas de sua atuação, de forma suplementar ou complementar, desde que disponível pelos municípios associados, mediante contrato de gestão e pagamento de preço público, nos termos da Lei Federal nº 11.107/2005;

e. Ser contratado pela Administração Direta ou Indireta dos Consorciados, inclusive por entes da Federação, dispensada a licitação;

f. Exercer a gestão associada de serviços públicos especificados nos programas de trabalho dentro de sua área de atuação;

g. Definir preços e tarifas, bem como seu reajuste, revisão e reequilíbrio financeiro, levando em conta, além dos custos operacionais, os critérios definidos pela legislação vigente de cada ente consorciado pela oferta do serviço público, respeitando as regras de rateio estabelecidas nos instrumentos contratuais.



## CLÁUSULA QUARTA - DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

4.1. O CONSÓRCIO terá a seguinte estrutura básica:

4.1.1. Assembléia Geral (Conselho de Prefeitos);

4.1.2. Presidente e Vice-Presidente;

4.1.3. Secretário;

4.1.4. Tesoureiro;

4.1.5. Conselho Fiscal;

4.1.6. Câmaras Técnicas, e

4.1.7. Diretoria Executiva.

4.1.1. DA ASSEMBLEIA GERAL

4.1.1.1. Funcionamento:

a. A Assembléia Geral é a instância máxima de deliberação do Consórcio Intermunicipal, constituída pelos Prefeitos dos Municípios consorciados, com direito a 1 (um) voto cada, de forma pessoal e intransferível, sendo atribuído o Voto de Qualidade ao seu Presidente.

b. O quorum exigido para a realização da assembléia geral em primeira convocação é de no mínimo 2/3 dos entes consorciados. Caso não se realize em primeira convocação considerar-se-á automaticamente convocada e em segunda convocação se realizará 30 (trinta) minutos depois com o mínimo de 1/3 dos consorciados, sendo deliberado pela maioria dos presentes, quando não houver disposição expressa em contrário.

c. A Assembléia Geral se reunirá, ordinária e bimestralmente ou sempre que houver pauta para deliberação e extraordinariamente, por convocação formal de seu Presidente ou quando convocada, por ao menos, 1/3 (um terço) de seus membros;

d. A Assembléia Geral será presidida pelo representante legal do consórcio, ou pelo Vice-Presidente na sua falta

e. Ressalvadas as exceções expressamente previstas neste Protocolo e no Estatuto, todas as demais deliberações da Assembléia Geral serão tomadas pelo voto da maioria simples dos membros presentes;

f. Havendo consenso entre seus membros, as eleições e demais deliberações poderão ser efetivadas através de aclamação;

g. O Estatuto do CONSÓRCIO somente poderá ser alterado através de decisão de, no mínimo 2/3 (dois terços) dos membros do CONSÓRCIO,





## **TURVO**

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Lino dos Santos, s/nº - Jardim Canaã - Fones (14) 3375-9500 - CEP 18935-000

CNPJ/MF 57.264.509/0001-69

regularmente convocados para assembléia extraordinária para esta finalidade, com antecedência máxima de 03(três) dias úteis;

### 4.1.1.2 Compete à Assembléia Geral:

- a. Eleger o representante legal do CONSÓRCIO;
- b. Deliberar, em última instância, sobre os assuntos gerais do CONSÓRCIO;
- c. Aprovar e modificar o Estatuto e o Regimento Interno do CONSÓRCIO, bem como resolver e dispor sobre os casos omissos;
- d. Deliberar sobre as contratações de serviços de terceiros, outorga de concessão dos serviços inerentes ao CONSÓRCIO, bem como sobre a celebração de quaisquer instrumentos de parceria, acordos e convênios com órgãos públicos e privados;
- e. Deliberar sobre a indicação do Diretor Executivo;
- f. Dar posse ao Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro, Conselho Fiscal e ao Diretor Executivo;
- g. Deliberar sobre a solicitação e cessão de servidores públicos, sobre a contratação de empregados públicos e suas remunerações;
- h. Deliberar sobre a inclusão e exclusão de consorciados;
- i. Deliberar sobre cobrança e reajuste das tarifas, taxas e custos de acordo com critérios técnicos comprovados;
- j. Definir a política patrimonial, financeira e os programas de investimento do CONSÓRCIO;
- k. Deliberar sobre a alienação de bens do CONSÓRCIO, bem como seu oferecimento, inclusive receitas, como garantia de operação de créditos;
- l. Deliberar sobre o quadro de pessoal e a remuneração de seus empregados;
- m. Aprovar anualmente os termos e critérios do contrato de rateio, da gestão associada de serviços públicos, do contrato de programa, do termo de parceria, do contrato de gestão, da prestação de serviços públicos e seus gerenciamentos definidos em programas próprios e específicos, obedecidas as finalidades precípua do CONSÓRCIO, obedecidas as definições exaradas no artigo 1º do Decreto nº 6017, de 17 de janeiro de 2007;
- o. Deliberar sobre a proposta orçamentária, balanços, relatórios e prestação de contas em geral.



#### 4.1.2. DO PRESIDENTE E VICE- PRESIDENTE

##### 4.1.2.1 Da Nomeação:

- a. O CONSÓRCIO será presidido pelo Chefe do Poder Executivo de um dos municípios consorciados, o qual será o seu representante legal, eleito em escrutínio secreto, por maioria absoluta ou por aclamação, para o mandato de 01(um) ano, permitida uma reeleição.
- b. Se nenhum candidato obtiver maioria absoluta de votos, proceder-se-á segundo escrutínio, por maioria simples, onde concorrerão os dois candidatos mais votados na primeira votação.
- c. Na mesma ocasião e condições dos itens anteriores, será escolhido um Vice- Presidente, também Chefe do Poder Executivo de um dos Municípios consorciados, que substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos, além do Secretário e do Tesoureiro.
- d. As eleições serão realizadas em dezembro de cada ano.

##### 4.1.2.1.1 - Compete ao Presidente:

- a. Presidir as reuniões da Assembléia Geral e dar voto de qualidade;
- b. Representar o CONSÓRCIO, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, podendo firmar acordos, contratos, parcerias, convênios e outros instrumentos, bem como constituir procuradores com poderes "ad judicia";
- c. Superintender a arrecadação e ordenar as despesas do CONSÓRCIO;
- d. Movimentar, em conjunto com o Tesoureiro, as contas bancárias e os recursos do CONSÓRCIO, podendo esta competência ser delegada total ou parcialmente, mediante aprovação da Assembléia Geral;
- e. Dar encaminhamento às deliberações da Assembléia Geral;
- f. Indicar o Diretor Executivo e nomeá-lo após referendo da Assembléia Geral.

##### 4.1.2.1.2. - Compete ao Vice-Presidente:

- a. Substituir o Presidente nas suas ausências e impedimentos.

#### 4.1.3. - DO SECRETÁRIO

##### 4.1.3.1. - Compete ao Secretário:

- a. Secretariar todas as reuniões da Assembléia Geral;
- b. Substituir o Vice-Presidente no caso de ausência ou vacância;



**TURVO**

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Lino dos Santos, s/nº - Jardim Canaã - Fones (14) 3375-9500 - CEP 18935-000  
CNPJ/MF 57.264.509/0001-69

- c. Elaborar ou mandar elaborar a correspondência, relatórios e outros documentos análogos;
- d. Dirigir e organizar todo o expediente da Secretaria.

#### 4.1.4. - DO TESOUREIRO

##### 4.1.4.1. - Compete ao Tesoureiro:

- a. Zelar para que a contabilidade do CONSÓRCIO seja mantida em ordem e em dia;
- b. Providenciar a arrecadação das receitas e depositar o numerário disponível no banco ou bancos designados;
- c. Movimentar, em conjunto com o Presidente do CONSÓRCIO ou quem este indicar, as contas bancárias e os recursos do CONSÓRCIO;
- d. Proceder através de cheques bancários ou meio eletrônico aos pagamentos autorizados pelo Presidente do CONSÓRCIO;
- e. Acompanhar à escrituração do livro caixa, diário, razão e outros inerentes à contabilização, visando-os e mantendo-os sob sua responsabilidade;
- f. Zelar pelo recolhimento das obrigações fiscais, tributárias, previdenciárias e outras, devidas ou da responsabilidade do CONSÓRCIO;
- g. Organizar e publicar mensalmente os balancetes do CONSÓRCIO;
- h. Executar outros atos e atribuições inerentes à Tesouraria.

#### 4.1.5. DO CONSELHO FISCAL

##### 4.1.5.1 Funcionamento:

- a. O Conselho Fiscal é órgão fiscalizador, constituído de 01 (um) representante e 01(um) suplente, de cada consorciado, indicados pelos Chefes do Poder Executivo de cada Município;
- b. O Conselho Fiscal será presidido por um de seus membros, eleito, em escrutínio secreto ou aclamação para um mandato de 02 (dois) anos;
- c. Na mesma ocasião e condições do parágrafo anterior serão escolhidos o Vice- Presidente e o Secretário do Conselho;
- d. O Conselho Fiscal se reunirá anualmente e poderá ser convocado extraordinariamente, por qualquer dos seus membros;



**TURVO**

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Lino dos Santos, s/nº - Jardim Canaã - Fones (14) 3375-9500 - CEP 18935-000  
CNPJ/MF 57.264.509/0001-69

#### 4.1.5.2 Competência:

- a. Fiscalizar permanentemente a contabilidade do CONSÓRCIO;
- b. Acompanhar e fiscalizar quaisquer operações econômicas ou financeiras do consórcio;
- c. Exercer o controle de gestão e de finalidade do CONSÓRCIO;
- d. Eleger seu Presidente, Vice-Presidente e Secretário;
- e. Emitir parecer sobre proposta orçamentária, balanços, relatórios e prestação de contas em geral, que deverá ser assinado pelo Presidente, Secretário e Tesoureiro;
- f. Elaborar estudos e pareceres relativos aos assuntos de sua competência.

#### 4.1.6. DAS CÂMARAS TÉCNICAS

4.1.6.1. A(s) Câmara(s) Técnica(s) poderá(ão) ser constituída (s), sempre que necessário, e serão composta(s) por representantes técnicos dos Municípios, indicados pelos Chefes do Poder Executivo; podendo ser incluída a participação de outros profissionais com notório saber, desde que referendada pelo Presidente do Consórcio.

4.1.6.2. No mesmo ato de indicação de representantes, será estabelecida a finalidade da câmara técnica, suas competências e atribuições bem como o seu prazo de duração;

#### 4.1.7. DA DIRETORIA EXECUTIVA

##### 4.1.7.1. Funcionamento:

- a. A Diretoria Executiva é o órgão executivo do CONSÓRCIO, constituída por um Diretor Executivo e pelo corpo técnico e administrativo;
- b. O Diretor Executivo a ser nomeado pelo Presidente, será por ele indicado e referendado pela Assembléia Geral.

##### 4.1.7.2. Compete ao Diretor Executivo:

- a. responder pela execução das atividades do CONSÓRCIO,
- b. propor a estruturação administrativa de seus serviços, o quadro de pessoal e a respectiva remuneração a serem submetidos à aprovação da Assembléia Geral;



## **TURVO**

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Lino dos Santos, s/nº - Jardim Canaã - Fones (14) 3375-9500 - CEP 18935-000

CNPJ/MF 57.264.509/0001-69

- c. contratar, enquadrar, promover, demitir e punir empregados bem como praticar todos os atos relativos ao pessoal administrativo, obedecidos os parâmetros legais pertinentes;
- d. propor a requisição de servidores municipais para prestarem serviços no CONSÓRCIO;
- e. elaborar as propostas orçamentárias anuais;
- f. providenciar a elaboração do balanço, do balancetes e do relatório de atividades anuais;
- g. elaborar a prestação de contas dos auxílios e subvenções concedidas ao CONSÓRCIO;
- h. determinar a publicação, anualmente no jornal de maior circulação dos municípios consorciados, ou no jornal de maior circulação na região, o balanço anual do CONSÓRCIO;
- i. autorizar compras dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembléia Geral;
- k. autenticar livros de atas e de registros próprios do CONSÓRCIO;
- l. designar seu substituto, em caso de impedimento ou ausência, para responder pelo expediente;
- m. propor a contratação de serviços de terceiros, assinaturas de convênios e formas de relacionamento com órgãos municipais, estaduais e federais;
- n. fornecer aos órgãos competentes todas as informações necessárias.

### CLÁUSULA QUINTA - DO PATRIMÔNIO, DOS RECURSOS FINANCEIROS E DE PESSOAL

#### 5.1 O Patrimônio do CONSÓRCIO será constituído:

- a. Pelos bens que vier a adquirir a qualquer título;
- b. Pelos bens que lhe forem doados, concedidos e alienados(cedidos e/ou transferidos), a qualquer título, por entidades públicas ou particulares;
- c. Pelos bens transferidos por ente consorciado através de contrato de programa, instrumento de transferência ou de alienação.

#### 5.2 Constituem recursos financeiros do CONSÓRCIO:

- a. Contribuição periódica dos consorciados, conforme mecanismos previstos no Contrato de Rateio;



**TURVO**

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Lino dos Santos, s/nº - Jardim Canaã - Fones (14) 3375-9500 - CEP 18935-000  
CNPJ/MF 57.264.509/0001-69

- b. Anualmente será determinada em Assembléia Geral, para o ano subsequente, o valor da contribuição de cada ente consorciado para custeio das despesas gerais, inclusive de administração, do consórcio que constará no Contrato de Rateio.
- c. A remuneração em razão da prestação do serviço público objeto do consórcio;
- d. Auxílios, contribuições e subvenções concedidos por entidades públicas e particulares;
- e. As rendas de seu patrimônio; f As doações e legados;
- f. O produto da alienação de seus bens; e
- g. Outros recursos decorrentes da realização de seu objeto.

### 5.3. Do Sistema Contábil e Orçamentário:

- a. A contabilidade do CIVAP obedecerá ao sistema público, em consonância com a Lei Federal 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/2000, suas alterações posteriores e demais legislações pertinentes e aplicáveis à espécie.
- b. Os Planos Plurianuais, As Leis de Diretrizes Orçamentárias e as Leis Orçamentárias Anuais dos Municípios deverão conter rubricas próprias para contemplar as despesas com a transformação e execução das atividades do Consórcio Público, segundo os parâmetros e diretrizes gerais estabelecidas no Contrato de Consórcio Público, nos Contratos de Rateio e documentos correlatos.
- c. O Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema - CIVAP - fica autorizado, nos termos da Constituição Federal e demais normas infra-constitucionais inerentes e aplicáveis à espécie, a:
  - c.1. realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;
  - c.2. realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;
  - c.3. abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa fixada, observado o disposto no artigo 43 e seus parágrafos da lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;
  - c.4. transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização da Assembléia Geral, nos termos do artigo 167, VI da Constituição Federal.



**TURVO**

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Lino dos Santos, s/nº - Jardim Canaã - Fones (14) 3375-9500 - CEP 18935-000  
CNPJ/MF 57.264.509/0001-69

DONIZETE AP. FERREIRA DE LIMA

PREFEITO DE PLATINA

MARCELO DE SOUZA PECCHIO

PREFEITO DE QUATÁ

ALBERTO C. C. DE ARAÚJO

PREFEITO DE RANCHARIA

OSCAR GOZZI

PREFEITO DE TARUMÃ

**TURVO**

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Lino dos Santos, s/nº - Jardim Canaã - Fones (14) 3375-9500 - CEP 18935-000  
CNPJ/MF 57.264.509/0001-69**CIVAP - PROTOCOLO DE INTENÇÕES ANEXO I - QUADRO DE EMPREGOS PÚBLICOS**

<b>QUANTIDADE</b>	<b>DENOMINAÇÃO</b>	<b>PROVIMENTO</b>	<b>REMUNERAÇÃO R\$</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
01	DIRETOR EXECUTIVO	COMISSÃO	5.000,00	OCUPADO
02	COORDENADOR DE PROJETOS	COMISSÃO	1.800,00	VAGOS
01	COORDENADOR DE MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	COMISSÃO	1.800,00	OCUPADO
01	ASSESSOR TÉCNICO	COMISSÃO	1.080,00	OCUPADO
01	AJUDANTE DE SERVIÇO	SELEÇÃO PÚBLICA		VAGO
02	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	SELEÇÃO PÚBLICA	700,00	VAGO
01	CONTADOR	SEL. PÚBLICA	2.000,00	VAGO
01	RECEPCIONISTA	SEL. PÚBLICA	600,00	VAGO
02	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS	SELEÇÃO PÚBLICA	810,00	VAGO
06	OPERADOR DE EQUIPAMENTOS DE ALFALTO	SELEÇÃO PÚBLICA	810,00	VAGO
01	OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA	SELEÇÃO PÚBLICA	810,00	VAGO
01	OPERADOR DE RETRO-ESCAVADEIRA	SELEÇÃO PÚBLICA	810,00	VAGO
01	OPERADOR DE MOTONIVELADORA	SELEÇÃO PÚBLICA	810,00	VAGO
01	OPERADOR DE TRATOR ESTEIRA	SELEÇÃO PÚBLICA	810,00	VAGO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS





## CIVAP – PROTOCOLO DE INTENÇÕES ANEXO II - DESCRIÇÃO DE FUNÇÕES

### I- DIRETOR EXECUTIVO:-

- assessorar o Presidente nas questões administrativas e de pessoal;
- responder pelas atividades administrativas do Consórcio;
- elaborar proposta orçamentária anual e relatório das atividades realizadas, a serem submetidas à apreciação da Assembléia Geral;
- elaborar os balanços e balancetes para a ciência da Assembléia Geral e devida publicidade;
- elaborar a prestação de contas dos auxílios e subvenções concedidas ao Consórcio para ser apresentada à Assembléia Geral e ao órgão concessor;
- responder pela execução das atividades do Consórcio;
- assessorar e propor à Assembléia Geral a requisição de servidores municipais para prestarem serviços no Consórcio;
- publicar, anualmente no jornal de maior circulação dos municípios consorciados, ou no jornal de maior circulação na região, o balanço anual do Consórcio;
- autorizar compras, dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembléia geral e fornecimentos que estejam de acordo com o Plano de Atividades também devidamente aprovado pela mesma
- autenticar livros de atas e de registros próprios do Consórcio;
- designar seu substituto, em caso de impedimento ou ausência, para responder pelo expediente.
- fornecer à Assembléia Geral e ao Conselho Fiscal todas as informações que lhes for solicitado;
- exercer em sua plenitude o princípio da hierarquia e de chefia junto ao pessoal do consórcio;
- executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

### II – COORDENADOR DE PROJETO:

- assessorar e coordenar as atividades desenvolvidas nos projetos executados pelo Consórcio planejando, orientando, supervisionando e avaliando estas atividades no sentido de garantir os objetivos almejados, contidos nos respectivos programas de trabalho;



**TURVO**

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Lino dos Santos, s/nº - Jardim Canaã - Fones (14) 3375-9500 - CEP 18935-000

CNPJ/MF 57.264.509/0001-69

- assessorar o Presidente e a Diretoria Executiva na elaboração dos programas de trabalho;
- emitir relatórios detalhados mensais do andamento dos Projetos ao Consórcio.
- executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

### III - ASSESSOR TÉCNICO:

- assessorar o Presidente e a Diretoria Executiva nas questões políticas e administrativas do Consórcio;
- receber, estudar e auxiliar na proposição de soluções em expedientes e processos, analisando e acompanhando, junto à Diretoria Executiva o andamento das providências para poder encaminhá-las ao Presidente;
- assessorar e participar das reuniões ordinárias e extraordinárias do Consórcio, providenciando as pautas das mesmas, a convocação e auxiliando o Secretário na elaboração das Atas;
- redigir e providenciar a expedição de correspondência ou qualquer outro documento que verse sobre assunto confidencial;
- manter organizado todo arquivo de documentos de interesse do Consórcio;
- assessorar e auxiliar no preparo de reuniões, visitas, palestras e conferências onde exista a participação do Consórcio;
- assessorar e auxiliar a Diretoria Executiva na prestação de contas aos órgãos competentes;
- assessorar e auxiliar a Diretoria Executiva na elaboração dos Orçamentos e Planos de Atividades;
- executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

### IV - COORDENADOR DE MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS:

- assessorar o Presidente e a Diretoria Executiva na elaboração de planos preventivos de manutenção do maquinário;
- exercer em sua plenitude o princípio da hierarquia e de chefia junto aos operadores de máquinas pesadas;
- assessorar a Diretoria Executiva na condução dos trabalhos de conservação do maquinário pesado, inclusive quanto a melhor escolha de fornecedores e prestadores de serviços de mão de obra;



**TURVO**

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Lino dos Santos, s/nº - Jardim Canaã - Fones (14) 3375-9500 - CEP 18935-000  
CNPJ/MF 57.264.509/0001-69

- fiscalizar, no exercício da chefia, a freqüência e a permanência dos operadores no serviço;
- assessorar, supervisionar, controlar e orientar as atividades dos operadores com o objetivo de manter em bom estado de conservação as máquinas;
- assessorar a Diretoria Executiva para que a execução das atividades do setor estejam de acordo com os padrões de qualidade, produtividade e custos ditados pelas normas, princípios e critérios estabelecidos;
- examinar os veículos e equipamentos pesados do CIVAP, inspecionando diretamente ou por meio de aparelhos ou banco de provas, para determinar os defeitos e anormalidades de funcionamento;
- orientar e acompanhar a limpeza e lubrificação de peças e equipamentos, providenciando os acessórios necessários para a execução dos serviços;
- testar os veículos e máquinas uma vez montados, para comprovar o resultado dos serviços realizados;
- emitir relatórios detalhados mensalmente ao Consórcio sobre as atividades desenvolvidas pelos programas de trabalho inerentes.
- executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

**V - RECEPCIONISTA:**

- atender ao público em geral, identificando e averiguando suas pretensões para prestar-lhe informações e/ou encaminhá-lo às pessoas ou unidades administrativas solicitadas,
- receber correspondência endereçada à Administração do Consórcio, bem como aos seus servidores;
- executar outras tarefas correlatas determinadas pelo seu superior imediato.

**VI - AJUDANTE DE SERVIÇO:**

- executar tarefas rotineiras de limpeza geral;
- executar tarefas rotineiras de limpeza das dependências externas e internas do prédio do Consórcio;
- limpar e zelar pela limpeza de todo equipamento de informática;
- ser responsável por todos os serviços da copa.
- executar outras tarefas correlatas determinadas pelo seu superior imediato.

**VII - AUXILIAR ADMINISTRATIVO:**



**TURVO**

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Lino dos Santos, s/nº - Jardim Canaã - Fones (14) 3375-9500 - CEP 18935-000  
CNPJ/MF 57.264.509/0001-69

- executar serviços gerais de escritório das diversas unidades administrativas do CIVAP, como a classificação de documentos e correspondências, transcrição de dados, lançamentos, prestação de informações, digitação em geral e atendimento ao público;
- efetuar controles relativamente complexos, envolvendo interpretação e comparação de dois ou mais dados, conferência de cálculos de licitações, controle de férias de funcionários, contábil e/ ou outros tipos similares de controle, para cumprimento das necessidades administrativas;
- executar outras tarefas correlatas determinadas pelo seu superior.

#### VIII - CONTADOR:

- supervisionar, coordenar e executar serviços inerentes a contabilidade geral do Consórcio;
- promover a prestação, acertos e conciliação de contas em geral, conferindo saldos;
- assessorar e elaborar os dados referentes aos balancetes e balanço anual orçamentário, financeiro e patrimonial;
- examinar empenhos de despesa, verificando a classificação e a existência de recursos nas dotações orçamentárias, para o pagamento dos compromissos assumidos;
- elaborar demonstrativos contábeis mensais, trimestrais, semestrais e anuais, relativos a execução orçamentária e financeira, em consonância com as Leis, Normas e Regulamentos vigentes;
- ter curso superior e registro no Conselho Regional de Contabilidade;
- executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

#### IX - MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS:

- dirigir e conservar caminhão de propriedade do Civap, manipulando os comandos de marcha, direção e demais mecanismos, conduzindo-os e operando-os em programas determinados de acordo com as normas de trânsito e segurança do trabalho e as instruções recebidas para o transporte de materiais usados na manutenção e conservação de estradas rurais e/ou outros programas de trabalho;
- inspecionar o veículo antes da saída, verificar os itinerários determinados pelo seu superior, zelar pela manutenção do veículo, comunicando falhas e solicitando reparos;
- executar outras tarefas correlatas determinadas pelo seu superior imediato.



**TURVO**

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Lino dos Santos, s/nº - Jardim Canaã - Fones (14) 3375-9500 - CEP 18935-000  
CNPJ/MF 57.264.509/0001-69

**X - OPERADOR DE EQUIPAMENTOS DE ASFALTO:**

- operar máquinas e equipamentos acessórios para execução do serviço de alfalto, conduzindo-as e operando seus comandos, na execução de alfalto novo ou operações de recapeamento;
- zelar pela conservação e limpeza das máquinas, dos equipamentos e acessórios e máquinas que utiliza na execução das tarefas, efetuando os serviços de manutenção, de lubrificação, abastecimento e de pequenos reparos das mesmas;
- operar máquinas providas de rolos compressores, para compactar e aplainar os materiais utilizados;
- executar outras tarefas correlatas determinadas pelo seu superior imediato.

**XI - OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA:**

- operar o equipamento, conduzindo-o e operando seus comandos, para escavar, nivelar, aplainar e compactar terra e materiais similares, auxiliando na execução de obras publicas;
- zelar pela conservação e limpeza da máquina que utiliza na execução das tarefas;
- efetuar serviços de manutenção da máquina , abastecendo-a, lubrificando-a e executando pequenos reparos, para assegurar o seu bom funcionamento;
- executar outras tarefas correlatas determinadas pelo seu superior imediato.

**XII - OPERADOR DE RETRO ESCAVADEIRA:**

- operar o equipamento, conduzindo-o e operando seus comandos, para escavar, nivelar, aplainar e compactar terra e materiais similares, auxiliando na execução de obras publicas;
- zelar pela conservação e limpeza da máquina que utiliza na execução das tarefas;
- efetuar serviços de manutenção da máquina , abastecendo-a, lubrificando-a e executando pequenos reparos, para assegurar o seu bom funcionamento;
- executar outras tarefas correlatas determinadas pelo seu superior imediato.

**XIII - OPERADOR DE MOTONIVELADORA:**

- operar o equipamento, conduzindo-o e operando seus comandos, para escavar, nivelar, aplainar e compactar terra e materiais similares, auxiliando na execução de obras públicas;



**TURVO**

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Lino dos Santos, s/nº - Jardim Canaã - Fones (14) 3375-9500 - CEP 18935-000  
CNPJ/MF 57.264.509/0001-69

- zelar pela conservação e limpeza da máquina que utiliza na execução das tarefas;

- efetuar serviços de manutenção da máquina , abastecendo-a, lubrificando-a e executando pequenos reparos, para assegurar o seu bom funcionamento;

- executar outras tarefas correlatas determinadas pelo seu superior imediato.

#### XIV - OPERADOR DE TRATOR DE ESTEIRA:

- operar o equipamento, conduzindo-o e operando seus comandos, para escavar, nivelar, aplainar e compactar terra e materiais similares, auxiliando na execução de obras publicas;

- zelar pela conservação e limpeza da máquina que utiliza na execução das tarefas;

- efetuar serviços de manutenção da máquina , abastecendo-a, lubrificando-a e executando pequenos reparos, para assegurar o seu bom funcionamento;

- executar outras tarefas correlatas determinadas pelo seu superior imediato.



Ofício n.º 0043/2018

Espírito Santo do Turvo, 19 de junho de 2018.

Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal,

A partir de nossos cumprimentos, vimos pelo presente, encaminhar o Autógrafo n.º 020-2018 e a cópia da Emenda de Redação n. 001 ao projeto de Lei n.º 014, aprovado por esta Câmara Municipal, em Sessão Extraordinária realizada no dia 18 de junho de 2018.

Atenciosamente,

  
Geizimara de Oliveira Polito  
Escrituraria

Exmo. Sr.  
Afonso Nascimento Neto  
Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Turvo-SP

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 001 AO PROJETO DE LEI Nº 14 DE 18 DE JUNHO  
DE 2018.

**Ementa:** Dispõe sobre o ingresso do município de Espírito Santo do Turvo/SP no Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema – CIVAP, ratifica o seu Protocolo de Intenções consoante aos termos da lei Federal n. 11.107, de 06 de abril de 2005, Decreto Federal n. 6.017, de 17 de janeiro de 2007 e artigo 25 do Estatuto do CIPAV e dá outras providências.

**Artigo 1º** Face a necessidade de corrigir erro de digitação, o Preâmbulo do Projeto de Lei em questão passará a ter a seguinte redação:

**CONSIDERANDO** o que determina a Lei Orgânica do Município de Espírito Santo do Turvo, AFONSO NASCIMENTO NETO, Prefeito Municipal de Espírito Santo do Turvo, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprova e ELE sanciona e promulga a seguinte LEI ORDINÁRIA:

Espírito Santo do Turvo, 18 de junho de 2018.



Rosinei Pereira da Silva  
Presidente da Câmara



**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº \_\_, DE 12 DE JUNHO DE 2018.**

Dispõe sobre o ingresso do Município de ESPÍRITO SANTO DO TURVO/SP no Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema-CIVAP, ratifica o seu Protocolo de Intenções consoante os termos da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007 e artigo 25 do Estatuto do Civap e dá outras providências.

**CONSIDERANDO** o que determina a Lei Orgânica do Município de Espírito Santo do Turvo nos seus artigos 51, parágrafo único, XII, 115, I, b;

**AFONSO NASCIMENTO NETO**, Prefeito Municipal de Espírito Santo do Turvo, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

**FAZ SABER** que a **Câmara Municipal** aprova e ele sanciona e promulga a seguinte **LEI ORDINÁRIA**:

**Artigo 1º** - Fica autorizado o ingresso do Município de Espírito Santo do Turvo/SP no Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema - CIVAP - em consonância com as disposições emanadas da Lei Federal nº 11.107/05, Decreto Federal nº 6.017/07, Artigo 25 do Estatuto do Civap e demais legislações pertinentes e aplicáveis à espécie.

**Artigo 2º** - Ficam ratificados e aprovados por esta Lei, todos os termos do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema - CIVAP, aprovado em 30 de setembro de 2008, publicado na imprensa, jornal Voz da Terra/Assis, edição de 10 de outubro de 2008, o qual fica fazendo parte, em sua íntegra, da presente Lei.

**Artigo 3º** - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas.

**Artigo 4º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

P. M. Espírito Santo do Turvo - SP, de 12 de junho de 2018.

Registre-se e Publique-se, nos termos do artigo 99 da LOM.

**AFONSO NASCIMENTO NETO**  
Prefeito Municipal



AUTÓGRAFO Nº 0020-2018, de 18 de junho de 2018

**Projeto de Lei nº 0014-2018, de 18 de junho de 2018**

Dispõe sobre o ingresso do município de Espírito Santo do Turvo-SP no Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema-CIVAP ratifica o seu protocolo de Intenções consoantes os termos da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007 e artigo 25 do Estatuto do Civap e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ESPIRITO SANTO DO TURVO, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que ELA aprovou e o Prefeito Municipal sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Artigo 1º** - Fica autorizado o ingresso do Município de Espírito Santo do Turvo/SP no Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema - CIVAP- em consonância com as disposições emanadas da Lei Federal nº 11.107/05, Decreto Federal nº 6.017/07, Artigo 25 do Estatuto do Civap e demais legislações pertinentes e aplicáveis à espécie.

**Artigo 2º** - Ficam ratificados e aprovados por esta Lei, todos os termos do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema - CIVAP, aprovado em 30 de setembro de 2008, publicado na imprensa, jornal Voz da Terra/Assis, edição de 10 de outubro de 2008, o qual fica fazendo parte, em sua íntegra, da presente Lei.

**Artigo 3º** - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas.

**Artigo 4º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se por afixação.

C.M. de Espírito Santo do Turvo, 18 de junho de 2018.

ROSINEI-PEREIRA DA SILVA  
Presidente da Câmara

N.R.: A redação não se responsabiliza pelos artigos e conceitos assinados, tão pouco os endossa, pois representam a opinião pessoal dos autores.

# JORNALISTA RESPONSÁVEL

Patricia Pereira Rodrigues

MTB - 53.621

Iohana N. T. da Silva  
(14) 99717-2290

DIRETORA GERAL

CNPJ 06.128.062/0001-60  
CEP: 18.900-000 - Santa Cruz do Rio Pardo - SP  
Rua: Joaquim Manoel de Andrade, 1145 - Centro

EDITORA SANTACRUZENSE LTDA.



**Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Turvo**

**EXTRATO DE LEI ORDINÁRIA**

1 - Lei Ordinária Municipal nº 828, de 18 de junho de 2018. "Dispõe sobre as Diretrizes Orgamentárias para o exercício de 2019".

**EXTRATO DE LEIS COMPLEMENTARES**

1 - Lei Complementar Municipal nº 298, de 12 de junho de 2018. "Autoriza o Poder Executivo Municipal a receber área des-crita em doação, bem como realizar a Desapropriação de Área necessária para a criação de logradouro público a ser denom-nada "Rua Aparecida Petenassi" no Município de Espírito Santo do Turvo e dá outras providências.".

2 - Lei Complementar Municipal nº 299, de 12 de junho de 2018. "Dispõe sobre o sorteio de prêmios aos contribuintes que estiverem quites com os Tributos Municipais e dá outras providências.

Estas Leis Ordinárias e Complementares estão afixadas na Integra, no quadro de avisos, no saguão da Prefeitura Muni-cipal, conforme Artigo 99 da Lei Orgânica Municipal.

P. M. Espírito Santo do Turvo, de 18 de junho de 2018.

**AFONSO NASCIMENTO NETO**  
Prefeito Municipal

**Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Turvo**

**Extrato de Lei Ordinária**

1 - LEI MUNICIPAL ORDINÁRIA Nº 827, DE 18 DE JUNHO DE 2018, que Dispõe sobre o ingresso do Município de ESPÍRITO SANTO DO TURVO/SP no Consórcio Intermunicipal do Vale do Parapanema-CIVAP ratifica o seu Protocolo de Intenções consoante os termos da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007 e artigo 25 do Estatuto do Civap e dá outras providências.

Esta Lei Ordinária está afixada na Integra no quadro de avisos no saguão da Prefeitura Municipal, nos termos do artigo 99 da Lei Orgânica Municipal.

**Afonso Nascimento Neto**  
Prefeito Municipal

ALISSA



pio de A  
ingresso  
Turvo n  
cio Inter  
Paranap  
Fund  
sório In  
do Para  
represe  
atuam c  
jetos e  
uma ma  
tos regi